

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.458.304 - SP (2019/0055297-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : J.L. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADOS : FÁBIO MESQUITA RIBEIRO - SP071812
CARLOS EDUARDO TRUITE MENDES - SP244374
RENATA CIRILLO GARCIA - SP239256
AGRAVADO : ROSEMEIRE RODRIGUES DE OLIVEIRA SILVA
ADVOGADOS : RODRIGO CARMO DOS REIS - SP357443
FELIPE FLORIANO - SP335624

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. BEM IMÓVEL. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA NÃO REGISTRADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIOS DA SUCUMBÊNCIA E DA CAUSALIDADE. INAPLICABILIDADE, *IN CASU*, DO ENUNCIADO SUMULAR N. 303/STJ. RESISTÊNCIA AO PEDIDO. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por J.L. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. contra decisão que não admitiu o recurso especial, fundado nas alíneas *a* e *c* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, que desafiou acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 124):

EMBARGOS DE TERCEIROS - SUCUMBÊNCIA - Embargada que apresentou resistência ao pedido, na medida em que contestou os embargos e foi vencida nas teses apresentadas - Deve a embargada arcar com as verbas decorrentes da sucumbência, nos termos do art. 85 do Código de Processo Civil Precedentes do STJ e do TJ-SP - Inaplicabilidade. na espécie, da súmula 303 do STJ - Recurso improvido.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS Aplicação do disposto no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil - Honorários advocatícios majorados para 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa - Recurso improvido com observação.

RECURSO IMPROVIDO COM OBSERVAÇÃO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 147-154).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 158-180), a recorrente apontou violação aos arts. 188, inciso I, do Código Civil de 2002; e 85, 828 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015; bem como a existência de dissídio jurisprudencial.

Sustentou, em síntese, que agiu no exercício regular do seu direito ao averbar, na matrícula do imóvel do devedor, a existência de execução. Afirmou que quando do registro não havia averbação de contrato de compra e venda ou transferência do bem. Alegou que o fato de ter impugnado os embargos de terceiro não tem o condão de imputar o pagamento das verbas sucumbenciais. Aduziu que houve desídia da recorrida em não efetuar o registro da compra.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 208-214).

Juízo de admissibilidade negativo (e-STJ, fls. 215-217).

Brevemente relatado, decidido.

O Tribunal de origem, ao julgar o recurso de apelação, consignou o seguinte (e-STJ, fls. 125-126):

Em se tratando de embargos de terceiro, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a súmula nº 303, com o seguinte verbete: "Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios".

Entretanto, no caso vertente, a referida súmula é inaplicável.

Isto porque, a embargada, ora apelante, contestou estes embargos, impugnando a pretensão da embargante, ora apelada, e sustentou a legalidade da constrição judicial em questão (fls. 54/66), porém foi vencida nesta demanda.

Neste contexto, nos termos do artigo 85 do novo Código de Processo Civil, deve a embargada arcar com as custas processuais e com os honorários advocatícios, pois resistiu à pretensão deduzida pela embargante e foi vencida.

Destarte, apenas se não houvesse resistência à pretensão deduzida pela embargante, poderia ser afastado o dever da embargada de arcar com os honorários advocatícios decorrentes da sucumbência, conforme decidiu o Superior Tribunal de Justiça, nos seguintes julgados:

Dessa forma, o acórdão recorrido julgou em conformidade com o entendimento desta Corte, incidindo a Súmula n. 83/STJ.

Ratifica esse entendimento o seguinte julgado:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA DE BEM IMÓVEL. ANTERIOR CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA NÃO REGISTRADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIOS DA SUCUMBÊNCIA E DA CAUSALIDADE.

INAPLICABILIDADE, IN CASU, DO ENUNCIADO SUMULAR N.º 303/STJ. RESISTÊNCIA AO PEDIDO DE DESFAZIMENTO DA CONSTRIÇÃO. RESPONSABILIDADE DO EXEQÜENTE PELOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS.

1. Os embargos de terceiro não impõem ônus ao embargado que não deu causa à constrição imotivada porquanto ausente o registro da propriedade.

2. A ratio essendi da súmula n.º 303/STJ conspira em prol da assertiva acima, verbis: "Em embargos de terceiro, quem deu causa à constrição indevida deve arcar com os honorários advocatícios".

3. É que a imposição dos ônus processuais, no Direito Brasileiro pauta-se pelo princípio da sucumbência, norteados pelo princípio da causalidade, segundo o qual aquele que deu causa à instauração do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes.

4. Deveras, afasta-se a aplicação do enunciado sumular 303/STJ quando o embargado (exequente) opõe resistência às pretensões do terceiro embargante, desafiando o próprio mérito dos embargos, hipótese que reclama a aplicação do princípio da sucumbência para fins de imposição da condenação ao pagamento da verba honorária (Precedentes: REsp n.º 777.393/DF, Corte Especial, Rel. Min Carlos Alberto Menezes Direito, DJU de 12.06.2006; REsp n.º 935.289/RS, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, DJU de 30.08.2007; AgRg no AG n.º 807.569/SP, Quarta Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, DJU de 23.04.2007; e REsp n.º 627.168/PR, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU de 19.03.2007).

5. In casu, apesar de a embargante, não ter providenciado o registro do contrato de promessa de compra e venda do imóvel objeto da posterior constrição, deve suportar o embargado o ônus pelo pagamento da verba honorária, vez que, ao opor resistência a pretensão meritória deduzida na inicial, atraiu a aplicação do princípio da sucumbência.

6. Recurso especial provido.

(EDcl nos EDcl no REsp 375026/PR, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS, DJe 15.4.2008)

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator